

LOURENÇO VILHENA DE FREITAS

CURRICULUM VITAE

Identificação pessoal e profissional

NOME: Lourenço da Bandeira Manoel de Vilhena de Freitas

NOME PROFISSIONAL: Lourenço VILHENA DE FREITAS

DATA DE NASCIMENTO: 21.12.1973

SÓCIO da **CUATRECASAS, GONÇALVES PEREIRA** co-coordenador do departamento de Direito Público

RESIDÊNCIA PROFISSIONAL: Avenida Fontes Pereira de Melo n.º 6, Lisboa, 1050-121

Educação e Experiência Universitária

- Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Políticas), com Distinção e Louvor, 18 valores, na FDUL, com uma dissertação subordinada ao tema: “Os Contratos de Direito Público da União Europeia” (2011), orientador Prof. Doutor Fausto de Quadros.
- Mestrado em Direito, Ciências Jurídico-Políticas (Direito Administrativo), com distinção (17 valores), na FDUL, com uma dissertação subordinada ao tema: *O Poder de Modificação Unilateral do Contrato Administrativo por parte das Administração e as Garantias Contenciosas do seu Co-Contratante perante esse exercício* (2002), orientador Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.
- Parte curricular do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas (equivalente a pós-graduação) na FDUL, com média final de 18 valores (2001).
- Concurso para Assistente-Estagiário em 1997, tendo ficado classificado em 1.º lugar.
- Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) com distinção, com a classificação final de 17 valores (1996).
- Pós-Graduação em Gestão Empresarial – ISEG - 18 valores

Experiência Profissional

- Actualmente é **Sócio** na *Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados*, co-coordenador do **Departamento de Direito Público**, tendo trabalhado predominantemente nas áreas de contratação pública em matéria de concessões rodoviárias, energia, urbanismo e ordenamento do território, privatizações e contencioso administrativo.
- Advogado-Especialista em Direito Administrativo pela Ordem dos Advogados
- Professor Associado da Faculdade de Direito de Lisboa, tendo regido Direito do Procedimento Administrativo, Direito dos Contratos Públicos, Governança Administrativa, Direito Constitucional, Direito do Contencioso Comunitário, Direito do Gás e do Petróleo, Protecção Internacional dos Direitos do Homem e Organizações Internacionais no Mestrado e Direito Administrativo III, Direito Internacional Público, Direito da União Europeia e Contencioso da União Europeia na Licenciatura.

LOURENÇO VILHENA DE FREITAS

- Professor Convidado na Faculdade de Direito da Universidade Lusíada, tendo regido Direito da Actividade Administrativa na Licenciatura e Execução dos Contratos Públicos e Direito do Contencioso Público no Mestrado.
- Membro do Centro de Arbitragem administrativa do CAAD, desde 2013 e 2018, respectivamente.
- Desde 2019 membro da Lista de árbitros do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria.
- Foi Vice-Presidente do Centro de Arbitragem da FDUL.
- Coordenador do Grupo de Investigação em Energia da FDUL e Coordenador das II Pós-Graduações realizadas sobre Direito da Energia na mesma Universidade.
- Foi membro da Bolsa de Consultores do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2015-2022.
- Foi Professor Convidado no ISCSP, tendo regido Direito Administrativo na Licenciatura.
- Foi Professor Convidado para regência de cursos breves de Mestrado ou Pós Graduação nas Faculdades de Direito Agostinho Neto (Luanda), Eduardo dos Santos (Huambo), 11 de Setembro (Cabinda), Mandume Ya Ndemufayo (Lubango) em Angola, Eduardo Mondlane (Maputo) em Moçambique, e do Mindelo, em Cabo Verde, e de Bissau, para cursos na área da energia, contratação, procedimento administrativo e telecomunicações.
- Foi Professor Convidado na Faculdade de Direito de Bissau, regente de Direito Administrativo e de Introdução ao Estudo do Direito.
- Foi Adjunto da Secretária de Estado da Presidência, da Secretária de Estado da Administração Pública e do Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.
- Tem sido Parcerista e Jurisconsulto.
- Agregação à Ordem dos Advogados 1999, com Muito Bom

Experiência Arbitral

- Foi árbitro em **5 arbitragens**, tem sido árbitro indicado pelo Estado em quatro litígios relacionados com concessões rodoviárias e com concessões postais e árbitro indicado por uma entidade pública num litígio relativo a uma empreitada de obras públicas.
- Como advogado participou em **16 arbitragens**, a saber, 1 arbitragem de investimento como representante do Estado Português, arbitragem ISCID; 8 processos arbitrais relativos a concessões rodoviárias; 2 processos arbitrais relativos a uma concessão em matéria petrolífera; e a 1 arbitragem relativa a parques de estacionamento, todas estas em Portugal; 1 arbitragem pré-contratual envolvendo um Município e em 2 arbitragens internacionais CCI relativas a concessões em Moçambique; uma relativa a concessões rodoviárias e outra relativa a concessão para prestação de serviços ao serviço de estrangeiros e fronteiras e 1 arbitragem no sector saúde.

Publicações e conferências em matéria arbitral

Publicações

- A arbitragem no projecto do novo CPTA (Revista do CAAD), 2015.
- O Anteprojecto do CPTA em sede de arbitragem e o recurso à equidade e à lei estrangeira, co-autoria com Duarte Abecasis, in Arbitragem Administrativa, n.º 1, 2015, pp. 36 e ss..

LOURENÇO VILHENA DE FREITAS

- Co-relator português para XVIII Congresso da FIDE sobre questões 13 e 14, respectivamente “Is your country subject to international obligations involving the protection of property or the protection of foreign investments? If so, please identify them” e “What position do the Courts in your country take on how to deal with conflicting obligations of European Union law and international law (including bilateral

LOURENÇO VILHENA DE FREITAS

agreements with non-EU Member States)?" , publicado no Vol.- 2, Taxation, State Aid and Distortion of Competition, Ed. José Luis da Cruz Vilaça e outros, pp. 455 e ss..

- *The Comparative Constitutional Foundations of Private-Public Arbitration in Portugal, em co-autoria com Fausto de Quadros (no prelo).*

- Limites à escolha da equidade e da composição amigável como critério da decisão arbitral em direito público, In: Arbitragem comercial : estudos comemorativos dos 30 anos do Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa / coordenação António Menezes Cordeiro.

- 1ª ed. - [Coimbra] : Almedina, [2019]. - p. 661-664.

- A arbitragem em matéria de energia: a arbitragem e o direito da União Europeia, Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação, 2020. Vol. XIV,

- Do conceito de investimento nos tratados de investimento estrangeiro, co-autoria com Inês de Abreu Régio, in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Fernando Alves Correia, Coimbra, 2023, p. 825 e ss.

- *Ilegalidade e abuso de processo no quadro dos Bilateral Investment Treaties (BITs) na arbitragem internacional: A panorâmica jurisprudencial, in Estudos em Homenagem ao Prof. João Caupers, no prelo*

Conferências

- Colóquio Luso Angolano sobre Arbitragem em Direito Público, co-organizador com Prof. Doutor Fausto de Quadros, Prof. Doutor Carlos Feijó e Dr. João Tiago Silveira.

- Participação na 1.ª Jornada de Debate sobre o Novo Código dos Contratos Públicos, 21 de Junho de 2017, integrado no painel, Como potenciar a arbitragem na resolução de litígios inerentes à contratação pública, problemas.

- Orador no III e IV Curso de Pós-Graduação Avançada em Direito da Arbitragem do CIDP da FDUL, em 2018 e 2019.

Idiomas profissionais

- Domínio do Português.

- Inglês, fluente (falado e escrito) C.1.

- Francês, fluente (falado e escrito), C.1.

- Alemão, B.2.1.

- Espanhol, B.2.

- Russo. A.1.